



# *Câmara Municipal de Lavrinhas*

Estado de São Paulo

---

## **PROJETO DE LEI Nº 49, DE 17 (DEZESSETE) DE OUTUBRO DE 2025**

---

**“DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 1.686, DE 12 DE ABRIL DE 2024, QUE DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE APARELHOS ELIMINADORES DE AR EM UNIDADES SERVIDAS POR LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO, E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIOS E PARCERIAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO”.**

**Art. 1º A Lei Municipal nº 1.686, de 12 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:**

“LEI MUNICIPAL Nº 1.686/2024

(Nova Redação)

Dispõe sobre a autorização para instalação de aparelhos eliminadores de ar em unidades servidas por ligação de água e esgoto no Município de Lavrinhas/SP e dá outras providências.

Art. 1º Fica assegurado aos usuários dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto do Município de Lavrinhas/SP o direito de adquirir e instalar, por sua conta e responsabilidade, aparelhos eliminadores de ar nas tubulações que antecedem os hidrômetros, observadas as normas técnicas aplicáveis.

§ 1º O aparelho eliminador de ar deverá possuir selo de conformidade ou laudo de aprovação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), bem como atender às especificações técnicas aprovadas pela concessionária de serviços de saneamento e pela agência reguladora competente.

§ 2º A instalação dos aparelhos deverá ser executada por profissional habilitado, observando-se os padrões técnicos e de segurança exigidos pela concessionária do serviço.

§ 3º As despesas decorrentes da aquisição e instalação do aparelho correrão por conta exclusiva do consumidor interessado.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação ou parcerias com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo -



# *Câmara Municipal de Lavrinhas*

Estado de São Paulo

SABESP, com órgãos estaduais e federais, ou com entidades privadas, visando a implantar programas de incentivo à instalação de eliminadores de ar em imóveis residenciais, comerciais e públicos do Município, desde que observadas as normas técnicas da concessionária e da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP.

§ 1º Os programas de incentivo que impliquem em despesa para o Município, como a concessão de subsídios ou a aquisição de aparelhos para doação, dependerão de dotação orçamentária própria e de autorização legislativa específica, nos termos da legislação vigente.

§ 2º A autorização contida neste artigo constitui uma faculdade do Poder Executivo, não gerando qualquer obrigatoriedade de celebração dos referidos instrumentos ou de criação dos programas de incentivo.

Art. 3º A execução de qualquer programa municipal de incentivo à instalação dos aparelhos previstos nesta Lei dependerá de estudo técnico prévio, que comprove a viabilidade operacional, econômica e regulatória, e de aprovação formal da concessionária e da ARSESP.

Art. 4º O Poder Executivo poderá expedir regulamento para disciplinar a forma de cadastramento, homologação de aparelhos e procedimentos de instalação, observadas as normas do INMETRO e da concessionária.

Art. 5º Nenhuma disposição desta Lei poderá ser interpretada de forma a contrariar os termos do contrato de concessão vigente, as normas da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, ou a legislação federal e estadual aplicável ao serviço de saneamento básico.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

*Sala Vereador José Maria de Castro, 17 (dezessete) de outubro de 2025.*

  
**FLAVIO ANTONIO SIQUEIRA**

**VEREADOR**



# *Câmara Municipal de Lavrinhas*

Estado de São Paulo

---

## **PROJETO DE LEI Nº 49, DE 17 (DEZESSETE) DE OUTUBRO DE 2025**

**“DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE PARENTES PARA CARGOS EM COMISSÃO, FUNÇÕES DE CONFIANÇA E GRATIFICADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LAVRINHAS”.**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa atualizar e aprimorar a redação da Lei Municipal nº 1.686/2024, adequando-a de forma robusta às normas constitucionais e legais que regem os serviços públicos de saneamento básico.

O objetivo é incentivar a adoção de aparelhos eliminadores de ar, que contribuem para a medição mais justa do consumo de água, sem impor custos ou obrigações diretas à concessionária SABESP ou ao Poder Público Municipal.

A proposta preserva o caráter voluntário e técnico da medida, condicionando a instalação dos dispositivos à aprovação do INMETRO e da concessionária, e autoriza o Município a celebrar convênios para futura implantação de programas de incentivo, sempre com respaldo técnico e regulatório.

As alterações propostas reforçam a segurança jurídica do diploma, ao condicionar expressamente qualquer despesa municipal à devida previsão orçamentária e ao estabelecer a subordinação da lei ao contrato de concessão e às normas regulatórias superiores.

Trata-se, portanto, de medida juridicamente segura, constitucional e tecnicamente adequada, que promove a proteção do consumidor e a gestão racional dos recursos hídricos, em harmonia com o ordenamento jurídico vigente.

*Sala Vereador José Maria de Castro, 17 (dezessete) de outubro de 2025.*

*Flavio Antonio Siqueira*  
**FLAVIO ANTONIO SIQUEIRA**  
**VEREADOR**

---